

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-02-12

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Mineiro, J. (2024). Jornalismo parlamentar e a representação da política: «participar na política de outra forma». In Jaime Lourenço (Ed.), *Jornalismo de especialidade*. (pp. 79-100). Lisboa: Livros Horizonte.

Further information on publisher's website:

<https://www.livroshorizonte.pt/produto/jornalismo-de-especialidade-volume-i/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Mineiro, J. (2024). Jornalismo parlamentar e a representação da política: «participar na política de outra forma». In Jaime Lourenço (Ed.), *Jornalismo de especialidade*. (pp. 79-100). Lisboa: Livros Horizonte.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

## **Jornalismo Parlamentar e a representação da política: «participar na política de outra forma»**

João Mineiro  
CRIA ISCTE  
joao.mineiro@iscte-iul.pt

### **Um etnógrafo entre jornalistas parlamentares**

Era uma manhã aparentemente tranquila na Assembleia da República. Chegámos ao Palácio de São Bento pelas dez horas, onde tínhamos combinado com Mafalda, jornalista parlamentar há 25 anos, e cujo dia de trabalho iríamos acompanhar<sup>1</sup>. Enquanto aguardávamos, várias e vários parlamentares iam chegando à Assembleia, alguns num ritmo tranquilo, outros mais apressados, provavelmente a caminho das reuniões dos Grupos Parlamentares marcadas para essa manhã. Os jornalistas iam também entrando, equipados com as suas câmaras, máquinas fotográficas, tripés, microfones, computadores e blocos de notas, cuidadosamente colocados numa passadeira rolante para que um agente de autoridade fizesse a protocolar análise de raios X, dirigindo-se de seguida a uma pequena mesa, à entrada, para obterem um cartão plastificado vermelho que lhes garantia o acesso à instituição.

Tínhamos marcado uma entrevista com Mafalda para essa manhã, para de seguida acompanharmos o seu dia de trabalho. Foi, portanto, com alguma surpresa que a vimos chegar em passo apressado, informando-nos que a agenda tinha mudado e já não haveria tempo para a entrevista. Subimos, então, diretamente para o segundo piso da Assembleia, onde encontrámos um conjunto de outros jornalistas, junto ao gabinete de um Grupo Parlamentar. Ao longo do percurso Mafalda informou-nos que, nessa manhã, um dirigente desse Grupo convocara os jornalistas para uma declaração sobre os trabalhos da Reunião Plenária dessa tarde. Perante a convocatória, Mafalda preparou no táxi algumas possíveis perguntas, embora não

---

<sup>1</sup> A identidade de todos os participantes na investigação foi anonimizada, optando-se por atribuir nomes fictícios aos diferentes intervenientes citados neste capítulo.

conseguisse antecipar inteiramente o conteúdo da exposição. Minutos depois, o assessor de imprensa do Grupo Parlamentar saiu do gabinete: «Estão todos prontos?»

Os jornalistas aproximaram-se, formando uma meia-lua à volta do deputado, que, entretanto, saindo do mesmo gabinete, se apressou a descontraír o ambiente: «Peço desculpa por esta combinação tão cedo e em cima da hora. A gente não aprende... Já perceberam que vão ter de me aturar o dia todo! [risos]» Os jornalistas riram também e o deputado fez a declaração, dirigindo críticas à «incoerência» e à «irresponsabilidade» do principal partido da oposição e apelando a que este assumisse uma «atitude construtiva em nome do país», viabilizando os projetos-lei que seriam debatidos na generalidade na Reunião Plenária dessa tarde.

Feita a exposição, sucederam-se algumas perguntas, antes de o deputado regressar ao seu gabinete. Mafalda, tal como alguns dos seus colegas, sentou-se rapidamente num dos sofás do corredor com o seu portátil. Em dez minutos escreveu quatro parágrafos, enviou-os a um colega e, passados alguns minutos, a notícia já estava no *website* do jornal. À frente do título, a indicação-chave para o que se seguiria: «(Em atualização)».

Seguimos, então, para o bar da Assembleia, onde Mafalda, enquanto tomava um café, preparou as perguntas que iria fazer ao Grupo Parlamentar interpelado. Passada meia hora, chegava a aguardada notificação no seu *WhatsApp*: o assessor de imprensa desse Grupo convocava os jornalistas para uma declaração de resposta. Voltamos ao segundo piso e o ritual repete-se: mais uma notícia no *website*. Entretanto, à nossa volta, o ritmo começara a acelerar, com cada vez mais deputados a saírem dos gabinetes, a falarem informalmente com jornalistas nos corredores, alguns a prestarem declarações formais ou informais, outros a tentarem escapar às suas interpelações. A Reunião Plenária estava marcada para as 15 horas, mas o debate na Assembleia já tinha começado.

Este capítulo analisa os discursos, as práticas e as relações inerentes ao jornalismo parlamentar partindo da observação do trabalho quotidiano de jornalistas na Assembleia da República. Discute-se, em particular, em que medida o jornalismo parlamentar pode ser entendido como um *subcampo* e uma *subespecialização* do jornalismo político, escrutinando-se algumas das suas

características e observando como as suas práticas se estruturam a partir de relações sociais particulares estabelecidas entre jornalistas, deputados e assessores. Para tal, mobiliza-se uma pesquisa etnográfica realizada na Assembleia da República onde, durante três anos, entre 2015 e 2018, observámos, entrevistámos e acompanhámos o trabalho quotidiano de deputados, assessores, funcionários e jornalistas, seguindo as suas rotinas, ritmos e *performances* quotidianas (Mineiro, 2022).

A convocação de um olhar etnográfico sobre a prática jornalística, e a sua ênfase numa perspetiva de *grounded theory* (Corbin & Strauss, 2015; Glaser & Strauss, 1980), enfatiza a estreita relação entre a teoria, os métodos e a pesquisa empírica. Assim, procurando ir além das autorrepresentações institucionais, e das abordagens quantitativas e/ou jurídicas dos estudos parlamentares, este capítulo analisa o jornalismo parlamentar *na prática e por dentro*, ou seja, a partir das dinâmicas de interação, dos discursos, das relações e das práticas não discursivas. Que tipo de relações se estabelecem entre deputados e jornalistas? Qual o significado dessas relações? De que forma os jornalistas parlamentares constroem as notícias que publicam? Qual o impacto da aceleração mediática no jornalismo parlamentar e nas práticas políticas, e como é que esta se manifesta no quotidiano? Qual o papel dos jornalistas na produção de uma visão particular sobre o campo parlamentar e, em última análise, sobre o próprio entendimento que se dá à política e à sua representação? Para responder a estas perguntas, este capítulo centra-se especificamente no papel que os jornalistas desempenham na mediatização e *performance* da política parlamentar. Inquire-se, em particular, de que forma o jornalismo parlamentar se estrutura como um subcampo e uma subespecialização do jornalismo político, fundado em dinâmicas de sociabilidade particulares, bem como na construção de um sentido de urgência e aceleração mediática, que igualmente concorre para a produção de uma conceção particular da política, e do modo como esta é representada perante o exterior.

### **O jornalismo parlamentar entre a cumplicidade e o conflito**

A política é um conceito marcadamente plural, polissémico e relacional, assim como uma prática constituída por relações, rituais e dinâmicas de comunicação muito particulares (Abélès, 1992, 2000; Busby, 2014; Crewe, 2021; Mineiro, 2022; Schumann, 2009; Wodak, 2009). No contexto específico da vida parlamentar, tais dinâmicas são estruturadas não só pelas relações entre representantes políticos, como também pelas interações entre políticos e jornalistas, que assumem características peculiares. Tal foi, também, a aprendizagem prática que conosco partilhou Alexandre, jornalista parlamentar há mais de 30 anos.

Alexandre chegou à Assembleia no início da década de 1990, tinha 22 anos e uma ligação ao movimento estudantil dessa época. Quando surgiu uma vaga para ser jornalista parlamentar não hesitou porque, na sua perspetiva, tratava-se de «poder participar na política, mas de outra forma», reforçando o escrutínio e a transparência de um dos principais órgãos de soberania do país. No entanto, confessa, as particularidades do jornalismo parlamentar «não se aprendiam na faculdade», tendo «regras específicas e que só se aprendem na prática».

A primeira dessas regras, apreendida logo nos primeiros anos, é a de que um/a jornalista parlamentar tem a função de cobrir transversalmente os trabalhos parlamentares, nos seus diferentes assuntos, âmbitos e temáticas, e não a de fazer um acompanhamento de áreas ou matérias políticas específicas. Trata-se, nas suas palavras, de entender que o jornalismo parlamentar se centra «mais no conhecimento geral do campo da política, que no aprofundamento das políticas». Tal perspetiva exige uma capacidade de conhecimento e adaptação às especificidades do campo parlamentar, às suas regras e dinâmicas, aos seus protagonistas, organizações e às relações que estabelecem entre si.

Envolvido num universo institucional com múltiplos protagonistas e inúmeros fluxos de comunicação, os primeiros tempos de Alexandre foram «extremamente difíceis» sobretudo pela compreensão de que o jornalismo parlamentar não se centra apenas no relato e escrutínio dos factos políticos, mas também na capacidade de os conseguir antecipar. Alexandre, nesses primeiros anos, olhava para os colegas com alguma frustração: «Eu não percebia de onde vinham as notícias e como se conseguia fazer aquele tipo de trabalho que era muito arriscado...». Assim, ao longo dos anos, percebeu que para ser jornalista parlamentar

tinha de construir uma rede de relações de confiança com deputados, dirigentes partidários e assessores. Tais relações revelavam-se imprescindíveis para que conseguisse cumprir o que considerava ser a «função democrática» dos *media*, isto é, seguindo Aalberg e Curran (2013), a capacidade de monitorizar o poder, informar os cidadãos e construir um filtro entre «quem governa» e «quem é governado», ou neste caso, entre quem «representa» e «quem é representado».

Na construção dessa rede de relações, Alexandre entendeu, igualmente, que uma outra particularidade do jornalismo parlamentar se relacionava com a natureza específica das relações com as fontes, e em particular com os deputados, marcadas por dinâmicas de proximidade, inter-reconhecimento, cumplicidade e interdependência. Por outras palavras, e tal como sucede noutros contextos (Baraybar-Fernández *et al.*, 2023), trata-se de compreender que tanto os parlamentares precisam dos jornalistas para afirmar as suas posições e a sua autoridade simbólica, como os jornalistas precisam dos deputados para obterem informações que legitimem a sua especialização jornalística naquele campo institucional.

Quando se percorre os corredores da Assembleia da República, o refeitório, o bar ou os espaços de fumadores, percebe-se a proximidade das relações entre deputados e jornalistas, em muitos casos desenvolvida ao longo de anos, partilhando um universo institucional em que ambos se encontram mutuamente envolvidos. Para muitas e muitos dos jornalistas, estas relações de proximidade são consideradas um aspeto fundamental para sustentar o que designam como o «cultivo das fontes», isto é, a construção de relações de partilha, lealdade e previsibilidade com determinados políticos, que garantem a obtenção de informações a que não chegariam por outras vias. No entanto, uma outra particularidade deste tipo jornalismo é a de que estas relações de interdependência e proximidade igualmente oscilam com interações marcadas pela tensão, pelo conflito e pelo dissenso. Afinal, não só a competição é uma dimensão estrutural ao funcionamento do campo político-parlamentar, como igualmente molda muitos dos mecanismos comunicacionais que garantem a sua mediatização perante o exterior.

Enquanto arena política de pluralidade e contraste, a vida parlamentar constitui-se como um lugar de sociabilidade estruturalmente marcado pelo conflito.

No caso dos deputados, a observação das suas rotinas revela a existência de uma competição permanente entre Grupos Parlamentares, e dentro de cada Grupo, pelo acesso aos *media*. Tal competição, num mundo social marcado por hierarquias formais e informais, cruzadas e sobrepostas (Mineiro, 2022, p. 187), reflete-se igualmente numa tensão latente com os jornalistas, dado o seu um papel na mediatização da política. Mas tal como os políticos disputam a atenção dos jornalistas, também os jornalistas competem pelo acesso às melhores fontes, almejando os bens mais preciosos da vida político-parlamentar: a obtenção de informações exclusivas, a possibilidade de antecipação dos acontecimentos, ou, simplesmente, o acesso a um fluxo de informação permanente, capaz de alimentar um ritmo mediático competitivo, acelerado e ininterrupto.

Neste contexto, a liberdade de circulação e relação com as fontes, sendo uma conquista histórica do jornalismo parlamentar (Correia, 2009), assegura um espaço de sociabilidade benéfico aos seus profissionais, com quem os políticos não podem evitar confrontar-se, mas também para os políticos, favorecidos por uma proximidade aos canais de mediatização proporcionados pelos jornalistas. No entanto, num mundo estruturalmente adversarial, tais relações igualmente originam tensões nem sempre fáceis de gerir e regular, envolvendo aspetos como a captação de imagens, o conteúdo noticioso, o seu enquadramento imagético ou os graus de confidencialidade das declarações.

No âmbito desta investigação, um dos exemplos dessas tensões, relacionado com a captação de imagens na instituição, ocorreu quando na Assembleia um jornalista filmou sem consentimento uma conversa de uma deputada, que ao telefone dava os parabéns à pessoa com quem falava. A filmagem foi incluída numa peça televisiva que noticiava a formação do Governo, sugerindo que aqueles «parabéns» seriam para um político, quando afinal se tratava de uma conversa privada e pessoal. Este acontecimento gerou mal-estar na instituição, lembrando a necessidade de autorregulação das interações, sob pena de a liberdade de circulação e relação com as fontes poder ficar comprometida.

Ao mesmo tempo, para além dos conflitos públicos, existem também outros motivos de tensão menos visíveis para o exterior, e que dizem respeito à elaboração das notícias. Todas e todos os representantes parlamentares desejam que o

conteúdo das notícias valorize o seu papel na instituição e as iniciativas dos seus partidos e Grupos Parlamentares. No entanto, nem sempre tais objetivos são alcançados, sobretudo num mundo de elevada visibilidade e escrutínio. Desta forma, e como referiu Joana, jornalista parlamentar há três décadas, os jornalistas aprendem desde cedo que «todos os deputados disputam o protagonismo das boas medidas e se desresponsabilizam das más decisões». Assim, cobrir a atividade parlamentar implica ouvir vários tipos de protagonistas, cruzando fontes, e fazendo escolhas noticiosas que nem sempre agradam aos deputados, o que gera relações tensas e especialmente potenciadas pela copresença quotidiana na instituição.

Na maior parte dos casos essa tensão é superada, dada a natureza do próprio campo parlamentar, onde jornalistas e políticos não podem prescindir da interação uns com os outros. No entanto, há conflitos que podem ser mais duradouros, como o que foi vivido por Alexandre, que na legislatura que acompanhámos «ficou de castigo» por ter publicado uma notícia que não agradou a um dirigente de um dos maiores Grupo Parlamentar. O conflito foi assumido entre os dois, numa tensa conversa nas traseiras do Palácio de São Bento, tendo como consequência que o deputado, durante algumas semanas, deixasse de transmitir informação ao seu órgão de comunicação e, numa segunda fase, começasse a passá-la a um colega da sua redação, com o objetivo de «enviar uma mensagem». No entanto, o tempo acabou por dirimir a divergência, até porque o deputado sabia que não podia ignorar o jornalista durante um longo período. Afinal, uma das características distintivas do jornalismo parlamentar é a inevitabilidade das relações entre políticos e jornalistas, ambos coenvolvidos e codependentes da vida institucional.

Este coenvolvimento não está isento de desafios, desde logo por assentar em relações de sociabilidade onde a confiança é constantemente colocada à prova. Um dos momentos onde tal se torna mais evidente é na gestão dos graus de confidencialidade das declarações, nomeadamente se estas são dadas: *on the record*, em que a identidade do deputado é revelada; *off the record*, em que o jornalista não deve fazer menção à identidade da fonte; ou em *background/not for attribution*, em que a fonte não é mencionada, mas o jornalista pode usar informação indireta. A decisão de publicar notícias sem a identificação das fontes, sendo o momento de maior risco para a atividade jornalística, é também o maior desafio à estabilidade e



à confiança de relações que demoram anos a serem construídas, mas podem levar um episódio a serem quebradas.

Um exemplo dessa realidade ocorreu quando, num discreto corredor da Assembleia, observámos dois deputados a transmitirem uma informação a um jornalista sobre as negociações do Orçamento de Estado. Nenhum deles tinha a certeza se a medida que preconizavam viria a ser aceite nas negociações com os outros partidos. No entanto, nas palavras de um deles, «era preciso construir uma expectativa na sociedade». Tal expectativa pressionaria os partidos a tomarem a decisão, sendo o recurso ao jornalista fundamental pela credibilidade e autoridade atribuída ao intermediário. A ação era arriscada, admitiam ambos, embora considerassem que o fim justificava o meio. A notícia acabou por sair, mas a medida anunciada não foi aprovada, colocando em causa a reputação do jornalista e, sobretudo, a relação de confiança que este tinha com os dois parlamentares.

Para além do conteúdo noticioso, as tensões entre políticos e jornalistas podem também incidir sobre o próprio enquadramento imagético que o acompanha. Um exemplo dessas divergências ocorreu nos Passos Perdidos, quando um assessor de imprensa que acompanhávamos decidiu interpelar diretamente um jornalista, criticando uma notícia que este construiu sobre uma iniciativa do seu partido e em que usava imagens de uma sala quase vazia, captadas antes da hora marcada para a iniciativa. Para o assessor, aqueles jornalistas tinham feito uma «vigarice», porque as imagens criavam uma «ilusão imagética», sugerindo que a iniciativa tinha tido pouca adesão. O jornalista reagiu sem receios, argumentando que não tinham tido tempo de fazer uma nova edição. Irritado, o assessor ameaçou que, numa próxima ocasião, ligaria diretamente para o diretor da publicação, enquanto o jornalista o desafiou a fazer a chamada ali mesmo. O assessor sorriu, condescendente, e deixou abruptamente os Passos Perdidos. Como me disse uns minutos depois: «Os jornalistas não podem fazer tudo o que querem, sem consequências. Eles têm muito poder, têm de ser chamados à responsabilidade!»

Envolvidos numa arena de contrastes, disputas e dissensos, os jornalistas parlamentares estão sempre imersos no conflito político, participando dele. Neste sentido, enquanto subcampo e subespecialização, o jornalismo parlamentar vive o conflito de forma mais direta, relacional e quotidiana, mas também mais acelerada,

efémera e naturalizada. Na vida parlamentar, as relações entre deputados e jornalistas oscilam, assim, entre a cumplicidade e a tensão, a confiança e o dissenso, partilhando um ritmo onde a intensidade dos conflitos contrasta com a interdependência das relações quotidianas. Afinal de contas, como resume Alexandre: «Quem quer ser jornalista ou aprende a viver com conflito e contradições, ou tem de escolher outro tipo de profissão».

### **Da urgência mediática ao jornalismo «pingue-pongue»**

A cumplicidade das relações entre jornalistas e deputados, assim como as tensões e conflitos inerentes ao seu relacionamento quotidiano, são moldadas por um ritmo de comunicação baseado na aceleração e urgência mediática. Foi desse ritmo que nos falou Joana, jornalista parlamentar há três décadas, com ironia, quando lhe perguntámos quais as principais mudanças que identificava desde que chegou à Assembleia: «Foi o almoço, João, hoje em dia nem consigo almoçar [risos]. (...). Não dá porque [o Plenário] acaba por hipótese à uma, e à uma e quarenta e cinco já está marcada uma declaração para reagir a «não sei quê», às duas já há «não sei quê», entretanto começa a comissão «não sei do quê», entretanto acaba a comissão e os partidos que falaram lá dentro vêm cá para fora falar ao microfone para as televisões em direto, dizer tudo aquilo que já tinham dito lá dentro, é uma repetição, é um massacre! [risos]»

A trajetória profissional de Joana acompanhou o aceleramento do ritmo comunicacional que se observa na Assembleia. Ao longo dos anos, diz-nos a jornalista, o número de acontecimentos que são noticiados aumentou em proporção inversa ao tempo que os jornalistas dispõem para os escrutinar. Neste contexto, a velocidade mediática, sendo causa e consequência do aceleramento do tempo social (Entschew, 2021; Rosa, 2013), igualmente influencia a ordem institucional, já que o ritmo da prática jornalística influencia o aumento dos fluxos de comunicação política, tanto quanto o ritmo dos acontecimentos políticos aumentou a necessidade da sua mediatização. E se a aceleração e o imediatismo são características do jornalismo contemporâneo (Karlsson, 2011), em particular numa era de comunicação digital e em rede (Alfter, 2019; Cardoso, 2008; Entschew, 2021), no

caso do jornalismo parlamentar estas são particularmente expressivas pela circunstância de o Parlamento ser o único órgão de soberania ideologicamente plural, assumindo, nas suas práticas, rituais e *performances*, uma estrutural necessidade de mediatização dessa pluralidade política e ideológica.

Entre outros fatores, este aceleração do ritmo mediático foi potenciado por mudanças estruturais no campo jornalístico ocorridas principalmente a partir da década de 1990, nomeadamente a privatização de órgãos de comunicação que haviam sido nacionalizados, a regulamentação das rádios locais, a abertura dos canais televisivos à iniciativa privada, o reforço dos grandes grupos de comunicação ou a crescente diversificação, especialização e comercialização das publicações. Tal diversificação contribuiu para uma concorrência crescente por audiências, públicos e publicidade, desenvolvendo-se, no caso do jornalismo parlamentar, não só uma maior competição entre diferentes grupos de comunicação, mas também entre os próprios partidos, que passaram a ter mais canais disponíveis para veicularem as suas mensagens. Desta forma, o imediatismo tornou-se uma das características fundamentais da prática jornalística (Lewis *et al.*, 2005; Swanson, 2003; Zeller & Hermida, 2015), determinada pelo ritmo do *online* e pelos canais noticiosos que emitem durante 24 horas, a que se associam múltiplos programas de comentário, muitos deles baseados numa conjugação de informação, política e entretenimento (Carpini & Williams, 2005; Nieland, 2008; Riegert & Collins, 2015).

Acompanhando o trabalho dos jornalistas, percebemos que o aceleração do tempo mediático faz com que nenhum jornalista parlamentar possa prescindir de mimetizar o ritmo dos seus colegas, mesmo que tal signifique um complexo desdobramento das suas práticas e funções. Um exemplo desse desdobramento, observado *in loco*, ocorreu quando acompanhávamos Diana, jornalista parlamentar de rádio, na tribuna dos jornalistas da Sala das Sessões. Sentada ao computador, de fones e alinhada com o microfone, Diana observava a dinâmica do debate, que ia relatando para os ouvintes de rádio, ora num tom mais pedagógico, explicando e contextualizando o que observava, ora de forma mais impressiva e empolgada, mimetizando o próprio ritmo do debate. Ao mesmo tempo, para além do relato, a jornalista ia escrevendo pequenas sínteses dos acontecimentos, mantendo atualizado o *liveblog* do *website* da rádio e as suas páginas nas redes sociais. Foram

mais de três horas de trabalho exigente, mas que considerava imprescindível, não só pela competição da imprensa *online*, que sentada ao seu lado também fazia a cobertura dos acontecimentos ao minuto, mas também porque, nas suas palavras, «fidelizar públicos implica pensar e conseguir alcançar as diferentes audiências a partir dos vários meios que estas usam para obter informação».

A pressão do trabalho jornalístico para produzir um relato impressionante e imediato dos acontecimentos alimenta a exigência para noticiar quase em tempo real, o que muitas vezes implica o recurso a uma técnica que consiste em observar um determinado acontecimento e publicar o mais rapidamente possível essa informação, com um título e dois parágrafos de enquadramento. À frente do título acrescenta-se «(em atualização)» e a notícia pode ser lançada imediatamente no *website* e nas redes sociais. O objetivo é atrair imediatamente os leitores, para só depois desenvolver a notícia, que vai sendo atualizada ao longo da sessão.

Neste contexto, a aceleração do ritmo mediático expressa-se no quotidiano dos jornalistas parlamentares, que se sentem reféns de uma prática profissional assente na regra do imediatismo, na ideologia da imagem em tempo real, no *timing* da «ação/reação» e na produção de mensagens e imagens rápidas, eficazes e capazes de gerar atenção imediata. Ao mesmo tempo, o crescente recurso às plataformas digitais, que os deputados usam para comunicar diretamente com as suas audiências, faz com que o jornalismo parlamentar tenha de se adaptar a uma prática política onde a multiplicação e especialização das formas de comunicação (televisão generalista, canais noticiosos 24 horas, canal parlamentar, jornais em papel e *online*, rádio, plataformas digitais...) garante eficácia simbólica ao trabalho de metamorfose dos parlamentares (Crewe, 2021, p. 100; Mineiro, 2022, p. 227). Tal trabalho baseia-se numa adaptação permanente das suas performances a partir de estratégias de comunicação baseadas em mensagens personalizadas, segmentadas e dirigidas, ambicionando consenso e identificação imediatos.

Este regime de hipercomunicação tem consequências nas práticas políticas, mas também na prática jornalística, já que os jornalistas assumem que têm de estar sempre prontos a gravar, a escrever e a noticiar, mesmo que nem sempre seja claro o propósito de algumas das suas coberturas noticiosas. Exemplo disso são os diretos televisivos, imprescindíveis neste regime de comunicação feito de ciclos de 24

horas, e que, como afirma Herreros (2004), não são apenas uma técnica, mas também uma ideologia, que sugere ser possível observar os eventos «em tempo real» e que essa observação é, em si mesma, suficiente para se compreender o alcance dos factos. Este foco no que é «visível», «quotidiano», «autêntico» e «imediato», mesmo que seja um dos ingredientes de uma certa espetacularização da vida política (Mineiro, 2018, p. 193), nem sempre parece ter, mesmo para os jornalistas envolvidos, um valor informativo relevante e significativo (Usher, 2018).

Inseridas nestas engrenagens comunicacionais, também as conferências de imprensa se moldaram mais às dinâmicas internas do campo parlamentar que à sustância das políticas concretas. Percebe-se isso, por exemplo, ao acompanharmos o dia de Mafalda, com quem começámos este capítulo. Depois da Reunião Plenária, um assessor de imprensa interpelou-a, informando que o seu líder parlamentar iria dar uma conferência de imprensa. Depois de um longo dia de trabalho, todos os jornalistas protestaram: «O que é que vão dizer que já não disseram?»; «Amanhã há mais, hoje já não temos espaço...». Pressionado, o assessor garantiu que o conteúdo da declaração seria distinto, embora Mafalda nos assegurasse que não haveria nenhuma novidade. Tinha razão, já que conteúdo da declaração do deputado foi semelhante ao que tinha exposto no Plenário, só diferindo na forma. Em todo o caso, o objetivo tinha sido cumprido: tinha saído mais uma notícia. Dez horas depois de ter entrado na Assembleia, Mafalda despede-se cansada, mas conformada. «É um círculo vicioso», afirma, garantindo que ninguém consegue escapar desta lógica de produção intensiva de notícias.

Esta lógica produtivista, alimentada por políticos e jornalistas, molda as práticas do jornalismo parlamentar, caracterizado pela sua crescente especialização no campo político e nas suas lógicas de funcionamento e reprodução. Um exemplo paradigmático dessas práticas é o jornalismo «pingue-pongue», expressão usada por dois jornalistas de imprensa escrita cujo trabalho acompanhámos. Numa tarde parlamentar marcada por vários agendamentos, a generalidade das posições dos partidos já tinha sido noticiada. Como produzir, então, novas notícias sobre o mesmo assunto? Os dois jornalistas combinaram usar a «estratégia pingue-pongue»: um deles pedia uma declaração a um deputado e, antes de a noticiar, transmitia-a ao seu colega por *WhatsApp*; este, por sua vez, tentava falar com um deputado de

outro partido, pedindo uma reação ao que dissera o anterior; se este comentasse, a informação seria enviada ao primeiro jornalista, para este tentar uma contrarreação ou um comentário de um terceiro partido; quando considerassem que já tinham um número suficiente de declarações, enviavam a notícia. Seguindo esta técnica, muitas notícias que se obtêm no Parlamento, e até fora dele, não correspondem a um escrutínio dos factos, das políticas e das suas consequências, mas antes a um retrato impressivo e artificialmente produzido de uma dinâmica de debate estimulada e mediada pelos próprios jornalistas.

Num ambiente de forte competição por notícias permanentes e em primeira mão, todos os intervenientes sentem e cedem a esta pressão mediática, mesmo admitindo que, neste contexto, o jornalismo parlamentar pode ficar mais exposto à influência política, usado instrumentalmente mais como meio de projeção mediática dos partidos e dos seus protagonistas, do que como espaço de escrutínio dos seus discursos e posições. Uma realidade a que não é alheia a própria precarização, individualização, competição e comercialização do meio jornalístico (Andringa, 2014; Bourdieu, 1998; Morini *et al.*, 2014; Olausson, 2018; Wolton, 2011), no qual se atomizam as práticas jornalistas e se agrava a desproteção laboral dos seus profissionais, tornando-o menos autónomo e potencialmente mais dependente das regras e lógicas de funcionamento e reprodução do próprio campo político.

### **O jornalismo parlamentar e o seu contributo para a representação da política**

Todos os dias dezenas de jornalistas entram na Assembleia da República, com a missão e o desígnio de retratar e escrutinar a democracia, a produção legislativa e o debate político. No entanto, e para usar uma expressão de Bourdieu (1998, p. 4), ao mesmo tempo que escrutinam os representantes parlamentares, os jornalistas oferecem ao campo político «serviços simbólicos indispensáveis», promovendo uma atenção exclusiva ao «microcosmos» político, aos acontecimentos e factos que nele se desenrolam, às suas regras e protagonistas, participando, desta forma, na produção, reprodução e naturalização da sua autonomia e distinção com, e perante, o exterior. Nas suas práticas quotidianas, os jornalistas asseguram ao corpo de

representantes a exibição pública do seu estatuto social e simbólico, estruturado nas próprias dinâmicas do universo institucional em que atuam, nas suas regras, rotinas, rituais e mecanismos de funcionamento. Ao mesmo tempo, e numa relação simbiótica, também o corpo de representantes presta um «serviço simbólico indispensável» ao jornalismo parlamentar, projetando, diante deste, uma representação de si próprio, das suas organizações, práticas e relações que legitima a existência de um jornalismo especializado não tanto nas políticas concretas, mas no campo em que se expressam e nas suas lógicas de representação e reprodução. Desta forma, o jornalismo parlamentar, enquanto subcampo e subespecialização, legitima a autonomia relativa do campo político da mesma forma que o campo político legitima a autonomia relativa do jornalismo parlamentar.

Tomando o Parlamento como objeto de estudo, a influência recíproca entre políticos e jornalistas só é etnograficamente apreensível a partir da análise das próprias interações e relações que estes estabelecem quotidianamente, marcadas tanto por lógicas de proximidade, cumplicidade e inter-reconhecimento, como por dinâmicas de tensão, competição e conflito. Ambos os tipos de interação, sendo cruciais para a reprodução e estabilidade institucional, igualmente estruturam um sentimento partilhado de urgência mediática que tanto reflete, como potencia, o aceleração do tempo social e político.

Jornalistas e deputados, ao construírem e partilharem o tempo institucional em que atuam, igualmente influenciam, consciente ou tacitamente, a velocidade e o ritmo uns dos outros. Ambos alimentam as necessidades comunicacionais dos seus respetivos campos, fazendo com que a construção do tempo mediático influencie a construção do tempo político, da mesma forma que a prática política não dispensa uma crescente dimensão mediática. Assim, o jornalismo parlamentar, que se autodesigna como instrumento de retrato e escrutínio da realidade política, é na prática um instrumento de construção dessa mesma realidade e da forma como ela se organiza, projeta e representa perante o exterior.

Influenciando os acontecimentos que procuram escrutinar, os jornalistas parlamentares assumem um papel primordial na reprodução da ordem política uma vez que, a partir das relações que estabelecem com os seus protagonistas, acabam por participar na construção de um entendimento da «política» enquanto uma

prática social setorial e especializada, que ocorre *exclusivamente* no campo das instituições, cujo funcionamento bastaria compreender para se entenderem as disputas das relações de força sociais que se expressam e projetam no campo político. Por outras palavras, a uma ideia da política enquanto característica potencial das relações humanas e que, portanto, está para lá da institucionalidade, o jornalismo parlamentar contrapõe tacitamente a ideia, partilhada com a generalidade dos deputados, de que a política é essencialmente uma esfera autónoma da realidade social que deve ser retratada enquanto tal, e uma prática especializada controlada por profissionais, que estabelecem relações de disputa e conflito no mundo das instituições.

Desta forma, e colocando o foco nessas relações, o jornalismo parlamentar assenta mais no relato do conflito entre atores do que numa reflexão objetiva sobre a política. Trata-se, sobretudo, de uma especialização no «conhecimento do jogo», dos seus protagonistas e das suas regras, priorizando a análise da tática ao escrutínio da substância, o combate entre protagonistas ao debate das ideias, o confronto retórico à dialética do debate, as pessoas e as suas características à natureza e coerência dos seus argumentos. Tal ocorre, sobretudo, porque os jornalistas, enquanto atores sociais, são parte implicada e envolvida na realidade institucional que estão a descrever e de que participam. Assim, o jornalismo parlamentar, enquanto subcampo do jornalismo político, procura interpretar os posicionamentos e práticas políticas que se assumem institucionalmente a partir dos interesses associados às posições ocupadas no próprio campo parlamentar e político, reproduzindo uma visão do mundo da política como uma arena fundamentalmente entregue à estratégia e à ambição dos seus protagonistas, por contraposição a uma outra visão, que a entenderia como um reflexo das relações de força sociais, que se expressam tanto dentro como fora das instituições.

Em suma, o jornalismo parlamentar, ao participar da produção, reprodução e naturalização de uma visão particular do que a política significa, igualmente contribui para a sua estruturação como realidade social relativamente autónoma e enquanto forma de distinção social. Uma distinção narrativamente construída através da produção de um discurso e de uma imagem sobre as especificidades e a autonomia do seu campo institucional, mais do que sobre as suas interações com o



exterior. Neste sentido, o jornalismo parlamentar confirma os pressupostos ideológicos que entendem e organizam a política a partir do monopólio dos seus profissionais (Bourdieu, 1981, 1988), contribuindo para a *institucionalização da política*, isto é, para um entendimento particular da política enquanto forma de distinção social e prática especializada que se organiza e reproduz no mundo das suas instituições. Essa é, como se sabe, apenas uma das formas de a compreender, de a exercer e de lhe atribuir significado.

## Referências bibliográficas

- Aalberg, T., & Curran, J. (Eds.). (2013). *How Media Inform Democracy: A Comparative Approach*. Routledge.
- Abélès, M. (1992). *La vie quotidienne au Parlement Européen*. Hachette.
- Abélès, M. (2000). *Un ethnologue à l'Assemblée*. Éditions Odile Jacob.
- Alfter, B. (2019). The journalist in the network society and the networking journalist. In *Cross-Border Collaborative Journalism* (pp. 48-63). Routledge.
- Andringa, D. (2014). *Funcionários da verdade: Profissionalismo e responsabilidade social dos jornalistas do serviço público de televisão*. Tinta da China.
- Baraybar-Fernández, A., Arrufat-Martín, S., & Díaz-Díaz, B. (2023). Professional dynamics between journalists and politicians: Professional routines and assessment of trust and credibility generated by Spanish congressional spokespersons in the specialized press (2019-2022). *Profesional de La Informacion*, 32(1).
- Bourdieu, P. (1981). La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Éléments pour une théorie du champ politique*, 36(1), 3-24. <https://doi.org/10.3406/arss.1981.2105>
- Bourdieu, P. (1988). Penser la politique. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 71-72, 2-4.
- Bourdieu, P. (1998). *On Television*. New Press.
- Busby, A. (2014). *The Everyday Practice and Performance of European Politics: An Ethnography of the European Parliament* [Tese de doutoramento]. University of Sussex.
- Cardoso, G. (2008). From Mass to Networked Communication: Communicational models and the Informational Society. *International Journal of Communication*, 2, 587-630.
- Carpini, M. X. D., & Williams, B. A. (2005). Let Us Infotain You: Politics in the New Media Environment. In W. L. Bennett & R. M. Entman, *Mediated Politics:*

- Communication in the Future of Democracy* (pp. 160-181). Cambridge University Press.
- Corbin, J. M., & Strauss, A. L. (2015). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory* (Fourth edition). SAGE.
- Correia, M. (2009). O *blackout* informativo ao Parlamento em 1993. In J. L. Garcia, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século xx* (pp. 109-120). Imprensa de Ciências Sociais.
- Crewe, E. (2021). *The Anthropology of Parliaments: Entanglements in Democratic Politics*. Routledge.
- Entschew, E. M. (2021). Acceleration through Digital Communication: Theorizing on a Perceived Lack of Time. *Humanistic Management Journal*, 6(2), 273-287.
- Glaser, B., & Strauss, A. L. (1980). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Aldin.
- Herreros, M. C. (2004). *La información en televisión: Obsesión mercantil y política*. Editorial GEDISA.
- Karlsson, M. (2011). The immediacy of online news, the visibility of journalistic processes and a restructuring of journalistic authority. *Journalism*, 12(3), 279-295.
- Lewis, J., Cushion, S., & Thomas, J. (2005). Immediacy, Convenience or Engagement? An analysis of 24-hour news channels in the UK. *Journalism Studies*, 6(4), 461-477.
- Mineiro, J. (2018). O tempo, as redes e o espetáculo do populismo. In C. Honório, *O Espectro dos Populismos: Ensaios políticos e historiográficos* (pp. 171-201). Tinta da China.
- Mineiro, J. (2022). *Fazer Política: Uma Etnografia da Assembleia da República*. Afrontamento.
- Morini, C., Carls, K., & Armano, E. (2014). Precarious Passion or Passionate Precariousness? Narratives from co-research in Journalism and Editing. *Recherches Sociologiques et Anthropologiques*, 45(2), 61-83.

- Nieland, J.-U. (2008). Politainment. In W. Donsbach (Ed.), *The International Encyclopedia of Communication* (pp. 3659-3660). Blackwell Pub.
- Olausson, U. (2018). The Celebrified Journalist. *Journalism Studies*, 19(16), 2379-2399.
- Riegert, K., & Collins, S. (2015). Politainment. In G. Mazzoleni, K. G. Barnhurst, K. Ikeda, R. Maia & H. Wessler (Eds.), *The International Encyclopedia of Political Communication* (pp. 974-984). Wiley-Blackwell.
- Rosa, H. (2013). *Social Acceleration: A New Theory of Modernity*. Columbia University Press.
- Schumann, W. (2009). *Toward an Anthropology of Government: Democratic Transformations and Nation Building in Wales*. Palgrave Macmillan.
- Swanson, D. L. (2003). Political News in the Changing Environment of Political Journalism. In G. Wolfsfeld & P. J. Maarek (Eds.), *Political Communication in a New Era: A Cross-national Perspective* (pp. 11-31). Routledge.
- Usher, N. (2018). Breaking news production processes in US metropolitan newspapers: Immediacy and journalistic authority. *Journalism*, 19(1), 21-36. <https://doi.org/10.1177/1464884916689151>
- Wodak, R. (2009). *The Discourse of Politics in Action: Politics as Usual*. Palgrave Macmillan.
- Wolton, D. (2011). *Eloge du grand public*. Flammarion.
- Zeller, F., & Hermida, A. (2015). When Tradition meets Immediacy and Interaction. The Integration of Social Media in Journalists' Everyday Practices. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, 4(1), 106-119.